



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 102017
Código de validação: 87D17C4210

São Luís (MA), 09 de fevereiro de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Des. Cleones Carvalho Cunha
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Assunto: Relatório da Audiência Pública do termo judicial de Paço do Lumiar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência Pública realizada no Termo Judicial de Paço do Lumiar, realizada no dia 29 de novembro do ano passado, com abrangência dos termos judiciais de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

A Audiência pública foi a 1ª de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Mantendo a sistemática da gestão anterior, optamos aqui por fazer a juntada da própria Ata da Audiência, revisada e resumida, em razão da clareza e fidedignidade com que foi confeccionada.

Assim, formalizo o ocorrido na Audiência Pública, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas que estejam ainda pendentes e sejam da sua esfera de atribuição e competência.

Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
Matrícula 176362

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 14/02/2017 13:34 (RICARDO TADEU





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

BUGARIN DUAILIBE)





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS TERMOS JUDICIAIS DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, PAÇO DO LUMIAR E RAPOSA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às 17h20min, no auditório da Faculdade IESF de Paço do Lumiar/MA, teve lugar a 1ª Audiência Pública (AP) promovida pela Ouvidoria Judiciária sob a gestão do ouvidor eleito para o biênio 2016/2017, Desembargador Ricardo Duailibe. A AP abrangeu os termos judiciais de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa e contou com a participação de mais de duzentas pessoas, entre autoridades civis e militares, representantes da sociedade civil, de entidades de classe, lideranças comunitárias, serventuários, servidores públicos e estudantes. Iniciando a audiência foi apresentado o vídeo institucional da Ouvidoria do Tribunal de Justiça e foram chamados para comporem a mesa: o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desembargador Cleones Cunha; o Ouvidor Judiciário, Desembargador Ricardo Duailibe; o prefeito eleito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra; o prefeito eleito de São José de Ribamar, Luís Fernando Silva; a Ouvidora do Ministério Público, Dra. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira; Dr. Harley Wandey Brissac, representando o presidente da OAB, Tiago Morais Diaz; e o presidente da Câmara De Vereadores de Paço do Lumiar, Leonardo Bruno Silva Rodrigues. O Desembargador Cleones Cunha deu as boas vindas aos magistrados, autoridades e população presentes. Reconheceu o trabalho da Ouvidoria, que está entre as melhores do país. Citou os Ouvidores das gestões anteriores, fazendo referência também ao Desembargador Jorge Rachid, que teve a ideia de criar o Call Center do Tribunal de Justiça, o Telejudiciário. Reconheceu os problemas do Tribunal e os avanços alcançados. Destacou que a egrégia Corte deste estado figura em termos de produtividade em 5º lugar no ranking nacional, e em 1º lugar se considerarmos apenas os Tribunais Médios. Mencionou ainda o fato que no ano passado 40 comarcas do Estado estavam sem juízes e a partir do dia 7 de dezembro, somente duas comarcas estarão ainda nesta condição. Não obstante isso, o presidente alegou ter ciência da



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

necessidade da criação de mais varas, pedido este feito constantemente pelos magistrados de modo geral. A seguir, o presidente passou a palavra ao Ouvidor, Desembargador Ricardo Duailibe. O Ouvidor explicou que o intuito da realização da audiência Pública era aproximar a Ouvidoria e o judiciário como um todo da população, para permitir que esta seja ouvida pela Administração do Tribunal. Ato contínuo, o Ouvidor esclareceu acerca da dinâmica da audiência e deu oportunidade para os presentes se manifestarem. A palavra inicialmente foi exercida pelo Prefeito eleito Luís Fernando que agradeceu o convite, saudou os presentes e destacou a importância da audiência para a população. O prefeito eleito de Paço do Lumiar Domingos Dutra saudou a todos e parabenizou a iniciativa da Ouvidoria, visto que tal medida aproxima a sociedade e democratiza. Sugeriu a criação de uma Vara especializada em Direito do consumidor e a criação de uma Vara de Interesses Coletivos e Difusos em Paço do Lumiar. O mesmo criticou ainda a distribuição geográfica da jurisdição, que por vezes fatos ocorridos em localidades próximas ao Município, necessitam ser levados à Jurisdição de São José de Ribamar por exemplo, ou ainda à de São Luís. Em resposta, o presidente informou que o Tribunal de Justiça foi o primeiro a realizar a metropolização do Estado e que essas áreas de abrangência devem ser obedecidas, pois é necessário observar-se os limites da Jurisdição. Após, assumiu à palavra o magistrado Alexandre Lopes de Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação e Solução de Conflitos, que destacou a evolução ocorrida no judiciário de 20 anos até a atualidade. Mencionou a criação do Telejudiciário em 1997, momento em que o judiciário deu abertura para a população ser ouvida. Relatou ainda sobre um novo sentimento de trabalho, com ênfase para os meios alternativos de solução de conflitos. Anunciou na audiência, que em 2017 Paço do Lumiar ganhará o 1º Centro de Conciliação e Mediação do termo, que funcionará no Instituto de Ensino São Francisco. O magistrado mencionou ainda a importância da população ser gestora de seus próprios conflitos, participando ativamente da solução de suas demandas por meio da conciliação. O Procurador de Justiça, Dr. Bruno Leonardo Silva Rodrigues, destacou também a importância do evento, o qual proporcionaria mais



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

informação para a população. Encerrada as argumentações, foi aberta oportunidade para que os cidadãos dos termos de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa se manifestassem. Com a palavra a advogada Jozenilde Sampaio, que atua em Paço do Lumiar e junto a Câmara de Mediação no Maiobão, esta ressaltou a importância das ações de valorização da conciliação como forma de tentar desafogar o Judiciário que conta com uma grande demanda, conforme pôde presenciar em sessão do Tribunal de Justiça. Sugeriu o aumento no quantitativo de magistrados, na criação de novas varas e de novos núcleos de conciliação e mediação de conflitos., fazendo ainda um incentivo à população para utilizarem em maior grau os meios alternativos de composição. O estudante Welisson Gomes, de Paço do Lumiar, questionou a existência de programa do Judiciário para levar a informação à população, visto que a comunidade e seus líderes não possuem informações claras sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e demais órgãos da justiça e de suas formas de acesso. O presidente então sugeriu que tais lideranças se organizassem e solicitassem à Administração, inclusive por meio da Ouvidoria, um representante do Judiciário para palestrar junto à população, solicitação esta que será prontamente atendida assim que for requerida. O professor e presidente do sindicato, Sr. James Sousa, reclamou da morosidade processual e questionou o motivo de sua ocorrência, bem como questionou a constante decretação de ilegalidade das greves de servidores, solicitando ainda a instalação da 3ª Vara de Paço do Lumiar, sendo respondido diretamente pelo Desembargador Cleones que tal fato se deve ao número excessivo de processos e da crescente judicialização de fatos menores, mas que igualmente exigem um rito e a tutela do Estado. No que tange o direito de greve, o presidente esclareceu que toda greve deve atender a requisitos legais e que sendo desfavorável a decisão, a parte insatisfeita tem a oportunidade de recurso. Quanto à criação de nova Vara explicou a impossibilidade momentânea devido à crise financeira e que caso assumisse novas despesas a gestão incorreria e crime de responsabilidade fiscal. Após, manifestou-se a Ouvidora do Ministério Público, Rita Moreira, a qual parabenizou o Desembargador Ricardo pela iniciativa e relatou a demanda excessiva nas Promotorias.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

Clodoaldo Nunes, conselheiro tutelar de Paço do Lumiar questionou o procedimento dos conselhos dos demais municípios quanto ao envio de Ofícios sem a identificação devida do processo solicitado. O presidente do Tribunal então solicitou aos juízes que estabeleçam essa comunicação com os conselheiros tutelares e façam essa observação. O conselheiro questionou ainda o motivo de ter sido intimado individualmente para prestar depoimento em processo sobre fato ocorrido há 8 anos. O presidente respondeu que tal procedimento é discricionário do juiz, caso haja necessidade de mais provas. A magistrada da 1ª Vara de Paço do Lumiar, Dra. Jaqueline Caracas, se manifestou em relação à colocação do Conselheiro Tutelar, visto que o processo por ele citado está em trâmite em sua unidade judicial. A juíza esclareceu que havia necessidade de produção de mais provas e por isso deferiu o pedido do Ministério Público para convocar os membros do Conselho para testemunharem em juízo. A Magistrada fez considerações no sentido de que a população sempre culpa o magistrado pela morosidade processual, no entanto a morosidade é decorrente de diversos fatores, e por vezes também ocorre por responsabilidade das partes, advogados e testemunhas. Ela relatou ainda que é frequente em sua unidade jurisdicional a intimação de testemunhas para depor e o não comparecimento destas ou ainda o não atentamento de advogados em relação aos prazos para cumprimento das determinações judiciais. Por fim, defendeu que os juízes têm empreendido esforços para cumprir todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, mas é necessário que o jurisdicionado também cumpra o seu papel. O Sr. Clodoaldo Nunes reclamou também do fato de, nos casos de recebimento de criança em estado periclitante pela Casa Lar, ser necessário ainda que se dirijam ao plantão, sendo que a lei permite o recebimento e a comunicação no dia seguinte. O presidente então questionou aos magistrados presentes, sendo respondido pela Dra. Vanessa Clementino, que informou ser necessário acionar o plantão e São Luís pois se tratavam de fatos ocorridos após o expediente forense. O manifestante relatou ainda a dificuldade de encontrar juízes no plantão. O presidente informou que ao juiz que estiver no plantão é obrigatória a permanência de 3 horas, sendo o



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581/(98) 3194-5838. site: www.tjma.jus.br

restante podendo ser cumprido em sobreaviso. Se encarregou ainda de verificar junto à Corregedoria se está havendo o efetivo cumprimento dessas horas mínimas. Por fim o manifestante reiterou o pedido de criação da Vara da Infância e Juventude em Paço do Lumiar. Deise Santos, aluna da faculdade IESF questionou acerca do concurso realizado pela prefeitura. O presidente orientou que em um concurso devem ser observadas a quantidade de vagas e a validade do concurso. Por não ter conhecimento do processo em concreto, sugeriu à universitária a buscar a orientação jurídica de um advogado. O procurador do município, Bruno Leonardo Rodrigues respondeu que o município tem o prazo até dia 24.12.2016 para convocação dos aprovados dentro do número de vagas. O prefeito eleito de Paço, Domingos Dutra alegou que ainda aguarda informações do Município e da equipe de transição para poder se manifestar. A Estudante Maria Lázara agradeceu a atuação da Ouvidoria e do Ministério Público da região. Em nova participação, o professor James reclamou das condições insalubres nas Escolas e da falta de professores para determinadas disciplinas. No entanto, por não se tratar de competência do Judiciário, foi orientado que buscasse junto ao executivo, poder competente para a demanda apresentada. Encerrando a audiência o Desembargador Ricardo Duailibe esclareceu que a Ouvidoria, promoveu a audiência com o intuito de ouvir a população e receber e dar respostas às demandas apresentadas, por isso de suma importância a presença do presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cleones. Por fim agradeceu aos presentes, juízes, promotores, vereadores, aos dirigentes da Instituição e considerou a experiência exitosa, visto que o comparecimento das autoridades e da população demonstra comprometimento. Os trabalhos foram finalizados às 20h00min. Para constar, eu, Lilian Karissa Costa Barros, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.


Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão